

Centrais solares em licenciamento permitem abastecer cerca de 750 mil casas

21 de Julho, 2016

A Direção Geral de Energia e Geologia (DGEG) tem em fase de licenciamento 35 pedidos para produção de energia solar, sem tarifa bonificada, num total de 1.250 Megawatts (MW), o suficiente para abastecer cerca de 750 mil casas.

O Governo já aprovou 180 MW de energia solar, em regime de mercado, na região do Alentejo, isto é, sem a tarifa bonificada, aplicada à produção a partir de fontes renováveis, que é suportada pelos consumidores na tarifa de eletricidade.

Segundo a DGEG, entre setembro de 2015 e maio deste ano, deram entrada mais 68 pedidos de licenciamento, também em regime de mercado, que totalizavam uma potência de 2.300 MW. Deste conjunto de pedidos apresentados para centrais solares, 35 tinham condições para avançar, revela a DGEG, encontrando-se 1.250 MW em fase de licenciamento, uma potência que é suficiente para abastecer cerca de 750 mil habitações.

“Estes números revelam a crescente adesão dos promotores por esta tecnologia de produção de energia elétrica, num contexto de mercado concorrencial, com regras claras e bem definidas”, refere a DGEG num esclarecimento à Lusa.

Na edição de quarta-feira do Jornal de Negócios, a Associação de Energias Renováveis (APREN) criticou o modelo de desenvolvimento defendido pelo Governo, considerando que, sem subsídios, a “revolução” da energia solar pode ficar no papel.

No final de 2015, o solar representava apenas 1,5% do total de produção de eletricidade em Portugal Continental, tendo o Governo assumido que esta é a grande aposta do país para continuar a liderar nas renováveis.

O secretário de Estado da Energia, Jorge Seguro Sanches, tem vindo a defender o fim da subsidiação tarifária, realçando a necessidade de travar o aumento do défice tarifário do sistema elétrico. A dívida tarifária atingia em 2015 4,8 mil milhões de euros, segundo dados da Entidade Reguladora dos Serviços Energéticos (ERSE) e, sem medidas adicionais para conter os custos, o serviço da dívida tarifária disparará para, pelo menos, 1,8 mil milhões de euros, atingindo-se em 2017 o pico dos encargos a suportar pelos consumidores.